

REQUERIMENTO N^º /04
Autores: Deputada MANINHA e Deputado Dr. Rosinha

Requer a realização de Audiência Pública com o senhor Carlos Costa, ex-chefe do FBI no Brasil, para falar sobre suas denúncias à revista Carta Capital de que os Estados Unidos "compraram a Polícia Federal", e outras assertivas.

EXMO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL:

Nos termos do art. 24, VII e XIII, requeiro seja realizada Audiência Pública por esta Comissão, com a finalidade de ouvir o senhor Carlos Costa, ex-chefe do FBI no Brasil que, em recente entrevista à revista Carta Capital, afirmou que tinha ordens dos Estados Unidos para "monitorar" o Brasil e como os EUA "compram a Polícia Federal".

JUSTIFICAÇÃO

As declarações do Senhor Carlos Costa são por demais importantes para ficarem apenas restritas a páginas de revistas e jornais, considerando que partiram de alguém que ocupou o cargo de chefe do Federal Bureau of Investigation no Brasil. As assertivas desse ex-executivo dos serviços de inteligência norte-americano revelam indícios graves de desrespeito à soberania nacional, aos interesses estratégicos do País e ao relacionamento diplomático com nações como os Estados Unidos e outras cujas missões secretas e policiais se dão em conjunto com órgãos brasileiros.

Há muito tempo se discute a atuação das agências norte-americanas em território nacional, e o grau de influência que o governo dos EUA passou a ter em nossos órgãos de segurança e de inteligência, assim como na condução de políticas brasileiras voltadas para estes setores.

Basta lembrar que a mesma prestigiada revista cuja reportagem embasa este requerimento já havia publicado, na edição de 12 de maio de 1999, matéria na qual se analisava a atuação da Central Intelligence Agency (CIA), da Drug

Enforcement Administration (DEA) e do Federal Bureau of Investigation (FBI) em território brasileiro – reportagem intitulada “O Mundo das Sombras”.

Conforme as informações veiculadas na citada matéria, as agências estariam atuando no Brasil sem um controle efetivo por parte da Polícia Federal, órgão ao qual, segundo o Acordo de Combate ao Narcotráfico firmado entre Brasil e EUA, a DEA deveria prestar contas.

Essas e outras denúncias, extremamente graves, foram corroboradas pelos depoimentos que ex-Chefe da Casa Militar, general Alberto Cardoso, e o ex-chefe da Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), Sr. Walter Maierovitch, prestaram perante à CPI do Narcotráfico da Câmara dos Deputados.

Consideramos que a mera possibilidade de estarem ocorrendo tais ingerências - em setor tão sensível como serviços de inteligência - são mais do que suficientes para a requisição de informações por parte daquele que mais recentemente as ratificou em entrevista à Carta Capital, no caso, o sr. Carlos Costa.

Ressalte-se ainda que algumas das agências citadas, como a CIA e o FBI, atuam decisivamente no cenário mundial em atividades como o monitoramento de atividades antiamericanas, o acompanhamento da atividade política dos países - destacadamente dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais -, o levantamento de informações sobre espionagem industrial e a violação de patentes, a defesa dos interesses das empresas americanas, etc. E que, na atual conjuntura da “guerra ao terrorismo”, tais agências deverão ampliar o seu espectro de atuação, aumentando por consequência o risco de operações de supremo risco à soberania e interesses nacionais.

Recentemente, a mídia nacional noticiou fartamente que os EUA instalaram escritório do US Secret Service na cidade de São Paulo, com o objetivo de levantar dados sobre lavagem de dinheiro, o que só aumenta a preocupação com tal fenômeno.

Mais grave ainda é a crescente influência que o governo dos EUA parece estar exercendo sobre os nossos órgãos federais de segurança e de inteligência sobre a condução das políticas nacionais para tal área. O sr. Carlos Costa repassou informações à revista Carta Capital acerca de projetos e atividades da Polícia Federal que são sustentados basicamente por dinheiro norte-americano, por consequência colocando tal órgão na órbita de interesses estratégicos dos EUA.

Portanto, no papel que constitucionalmente cabe ao Legislativo de fiscalizar as ações e o bom andamento administrativo no Poder Executivo, é fundamental que convoquemos o referido ex-agente do FBI para que esclareça suas afirmações na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, assim como, logo em seguida, os responsáveis pelas áreas de segurança nacional que venham

a ser citadas na audiência (anexo cópia da respectiva reportagem da revista Carta Capital, publicada no dia 24/03/2004). Em vista do acima exposto, solicitamos aos nobres pares que acolham este imprescindível requerimento de informação.

Sala das Comissões,

Deputada MANINHA
PT-DF

Deputado Dr. Rosinha
PT-PR